



O DESENVOLVIMENTO URBANO DA CIDADE DO NATAL NA DÉCADA DE 1960 E A CAMPANHA “DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER”

Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto¹

Este artigo aborda o surgimento de uma proposta de educação popular na cidade do Natal, no início dos anos sessenta, a partir da campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, desenvolvida durante a gestão do prefeito Djalma Maranhão e do secretário de Educação Moacyr de Góes. Durante a década de sessenta, a cidade se urbanizava rapidamente, seguindo a tendência nacional e ainda sob os reflexos do aumento populacional das duas décadas anteriores. No entanto, tal urbanização possibilitou um aprofundamento das desigualdades sociais, acentuadas pelo grande número de migrantes que a cidade recebia em decorrência da seca que marcou os anos cinquenta. Dentre os vários problemas, um dos mais alarmantes era o analfabetismo, que atingia mais de um terço da população, segundo os dados apresentados pelo então secretário de Educação. Em meio a este cenário, foi criada a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, que buscava atender a população dos bairros periféricos, onde os índices de analfabetismo eram maiores. No total, nove bairros foram atendidos pelos acampamentos escolares, praças de cultura, teatrinhos, bibliotecas populares e demais estruturas que faziam parte da campanha. Diante disso, nosso objetivo é apontar como as demandas de uma cidade em crescimento impulsionaram o desenvolvimento de uma proposta de educação popular de baixo custo, que considerava a cultura das comunidades locais a que se destinava e que se ampliou rapidamente, tendo dobrado o número de matrículas já nos primeiros anos de funcionamento, de acordo com os dados apresentados pela prefeitura. Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica, com análise de artigos, dissertações, teses e obras já consagradas na temática. Além disso, foram considerados jornais, documentos da prefeitura (presentes nos trabalhos de Moacyr de Góes e que apresentam as estatísticas e detalhamento dos investimentos) e imagens do período. Como orientação teórica, trabalhamos com os conceitos de: História, presente na produção de Jacques Le Goff; de cultura popular, a partir das análises de Edward Palmer Thompson e de educação popular, sob a perspectiva de Paulo Freire. Outros autores, como: Djalma Maranhão, Moacyr de Góes e José Willington Germano nos trouxeram importantes fontes e dados sobre a campanha.

Palavras-chave: Educação popular, desenvolvimento urbano, campanha “De pé no chão também se aprende a ler”.

¹ Licenciada e mestra em História; doutoranda no Programa de Pós-graduação da UFRN; professora de História na rede municipal de educação de Parnamirim e pela rede estadual de educação do Rio Grande do Norte.

1. APRESENTAÇÃO

A década de 1960 no Brasil foi marcada por grandes transformações: desenvolvimento industrial, ampliação das práticas populistas, aumento populacional e crescente urbanização. Além disso, houve uma considerável expansão dos movimentos sociais, das lutas pelos direitos sociais e por maior participação política da população em geral. Apesar disso, também havia a ameaça de golpes, de acontecimentos que pudessem interferir diretamente sobre as práticas democráticas. A democracia parecia se expandir, mas não se apresentava ainda consolidada. Os índices de analfabetismo eram elevados e a população sem instrução não tinha acesso ao voto.

Inserida neste cenário, a cidade do Natal enfrentava condições de ensino precárias no início da referida década. Sua população quase triplicou em vinte anos, os problemas urbanos se avolumaram e, dentre eles, destacavam-se as taxas de analfabetismo. Diante de tudo isso, surgiu uma campanha para Erradicação do Analfabetismo, que se tornou reconhecida pelo título de Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” (1961 – 1964), nosso objeto de pesquisa.

Neste artigo temos como objetivo principal apontar como as demandas de uma cidade em crescimento impulsionaram o desenvolvimento de uma proposta de educação popular de baixo custo, que considerava a cultura das comunidades locais a que se destinava.

Para alcançarmos o referido objetivo, realizamos uma revisão bibliográfica, incluindo os principais autores que abordam a temática, como, por exemplo: José Willington Germano, o próprio Djalma Maranhão e Moacyr de Góes. Também fizemos o levantamento e leitura de teses e dissertações relacionadas ao tema. Além disso, utilizamos estatísticas presentes nos documentos da Prefeitura do Natal e disponíveis em obras publicadas por Moacyr de Góes. Um ponto importante deste percurso foi a análise dos depoimentos orais presentes na tese da pesquisadora Maria Elizete G. Carvalho, que, tendo os colocado integralmente em seu trabalho, garantiu uma importante fonte de pesquisa.

Para a realização do trabalho com as fontes, consideramos uma concepção ampla de fonte histórica, apresentada por Júlio Aróstegui (2006), que nos permite selecionar desde documentos escritos, até depoimentos, imagens, ou quaisquer outros que nos auxiliem na compreensão de determinada época e realidade. Realizamos o levantamento, organização e cruzamento dos dados, seguindo as orientações de Paul Thompson (2002). E trabalhamos com

as Memórias dos sujeitos envolvidos na Campanha, a partir da percepção de Maurice Halbwachs (2007) ao refletir a respeito do caráter coletivo que as Memórias possuem, permitindo-nos compreender melhor um determinado contexto.

Fizemos uso também do conceito de História presente na obra de Jacques Le Goff, por compartilhar da visão do autor, que a entende enquanto ciência, mesmo considerando seu caráter inexato. Para pensarmos a Campanha, foi preciso também recorrer à visão que os seus envolvidos tinham acerca de cultura popular e, para tanto, fizemos uso das discussões de Edward Palmer Thompson, que nos alerta à pluralidade desta cultura, que não é estática, nem isenta de influências da cultura erudita.

O trabalho foi dividido em três blocos. No primeiro, reconstruímos um breve cenário do início dos anos 1960, destacando o contexto nacional e local e demonstrando os fatores que levaram a um amplo desenvolvimento urbano da cidade do Natal e suas consequências. No segundo, mostramos como surgiu e se ampliou a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” em Natal/RN. E no último bloco, apresentamos alguns dados estatísticos sobre a Campanha e de que forma suas atividades foram interrompidas em 1964.

2. O CENÁRIO NACIONAL E A REALIDADE DA CIDADE DO NATAL NOS ANOS 1960

O início dos anos 1960 é marcado por uma crescente urbanização do Brasil, que se ampliou, sobretudo, a partir dos anos 1940. Os dados do censo demográfico de 1960 apontam para uma taxa de urbanização de quase 50% nesta década. O país tinha um alto índice de população migrante, saindo da zona rural em direção à vida nos centros urbanos. O incentivo à industrialização também motivava a busca por uma vida melhor nas cidades. Esse movimento migratório e a vida na zona urbana trouxeram ganhos consideráveis às práticas democráticas.

Entre 1946 e 1964, vivenciamos um período de ampliação da democracia brasileira, com a consolidação das eleições e a ampliação do acesso ao voto. A Constituição de 1946 garantiu que homens e mulheres maiores de dezoito anos tivessem que, obrigatoriamente, votar de forma secreta e direta. Muito embora, como destaca José Murilo de Carvalho (2015: 149), tenha mantido a restrição aos analfabetos e aos soldados das forças armadas, o que era

um grande obstáculo já que “[...] o contingente de adultos que não sabia ler e escrever era de 48% em 1950” (CANÊDO, 2014: 539).

Apesar da restrição aos analfabetos, o número de votantes se alargou durante esse período democrático e a vida urbana auxiliava nesse processo. O trabalhador rural, por sua vez, costumava estar mais distante dessa realidade, uma vez que o analfabetismo era ainda mais presente nas comunidades rurais (CARVALHO, 2015: 150).

Mas, mesmo com a expansão do direito e acesso ao voto, as práticas coronelistas ainda estavam presentes no cotidiano das eleições, tanto da cidade, quanto no campo, embora o cidadão da zona urbana estivesse “[...] muito menos vulnerável ao aliciamento e à coerção. Ele era sim vulnerável aos apelos populistas” (CARVALHO, 2015: 151). A compra de voto, com dinheiro, ou mercadoria, ainda se fazia presente. Era comum receber metade do pagamento antes da votação e a outra metade depois.

Em meio a esse cenário de migração, urbanização e ampliação das práticas democráticas, a cidade do Natal manteve-se em consonância ao cenário nacional e ainda contou com fatores locais para impulsionar sua vida urbana. Desde a II Guerra Mundial, a cidade, que recebeu uma base aérea e soldados norte-americanos em seu território, vinha crescendo e sua população aumentava a cada ano.

Se observarmos os dados do IBGE, veremos que em 1940 a cidade contava com um total de 54.836 habitantes e vinte anos mais tarde esse valor quase triplicara, chegando a acumular uma população total de 162.537 pessoas. Esse crescimento, nunca antes visto na capital do Rio Grande do Norte, estava diretamente relacionado aos longos anos de seca que assolaram o interior do estado durante a década de 1950.

Desse modo, os anos 1950 e 1960 foram marcados pelo processo de expansão da cidade e pelas tentativas de sanar os problemas urbanos e sociais oriundos desse fluxo migratório e do crescimento da zona urbana sem o devido planejamento. Ganhavam cada vez mais espaço em Natal, e no Brasil de maneira geral as práticas populistas e paulatinamente “[...] a pacata cidade vai deixando de ficar sentada nas calçadas e começa a caminhar pelas ruas acompanhando seus candidatos, passando, desse modo, a se inserir nos eventos relacionados à política partidária” (MARQUES, 2015: 63).

O plano nacional influenciava diretamente sobre o desenvolvimento da cidade, isso porque, de acordo com Ribeiro (2008: 65) “A política nacional-desenvolvimentista adotada

pelo novo presidente (Juscelino Kubistchek) fez emergir a necessidade de modernizar a cidade como subsídio ao processo de industrialização” (grifo nosso). O então prefeito, Djalma Maranhão, indicado em 1957 e eleito em 1960, esteve preocupado em resolver os “problemas urbanos” de Natal, investindo em pavimentação, arborização, construção de praças e demais espaços públicos, além do amplo investimento feito no combate ao analfabetismo. E é devido a este último ponto que teve início a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”.

Em 1960, Natal era vista como “[...] como reflexo de um contexto internacional, nacional e local de muita agitação de natureza cultural, política, econômica e social.” (AQUINO; SOBRINHO e PINHEIRO, 2015: 26) e em meio a toda essa agitação, cresciam também os movimentos sociais, a preocupação com a cultura popular e a valorização da escolarização. Mas, em uma cidade com alarmantes índices de analfabetismo, como seria possível alcançar o desenvolvimento, a industrialização, a ampliação do eleitorado e a garantia de melhores condições de vida à população pobre? A resposta da prefeitura brotou das próprias sugestões do povo, como veremos a seguir, e caminhou em direção à organização de seu sistema de ensino, tendo como meta principal a erradicação do analfabetismo, visto “[...] não como causa da pobreza, mas como efeito de uma sociedade injusta e não igualitária” (SOARES E GALVÃO, 2011: 269).

3. A BUSCA PELA ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO: O SURGIMENTO DA CAMPANHA “DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER”

A década de 1960 teve início no Rio Grande do Norte com a eleição de dois líderes a partir do voto popular, um para o governo (Aluísio Alves) e outro para a prefeitura do Natal (Djalma Maranhão), que estiveram em coligação durante a campanha política². Naquele momento, segundo Góes (2010: 87) a capital do Rio Grande do Norte somava 60.254 analfabetos, o que representava quase 38% da sua população total.

Durante a campanha eleitoral, em 1960, o então candidato Djalma Maranhão promoveu a organização dos chamados Comitês Nacionalistas, que eram grupos de pessoas reunidas por bairro para discutir os principais problemas que a comunidade enfrentava e

² Posteriormente, por questões ideológicas, se separaram e estiveram em posições antagônicas quando da deflagração do golpe militar de 1964.

pensar prioridades para a futura gestão do prefeito. De acordo com Góes³, os Comitês eram: “[...] o agrupamento de homens e mulheres, em número variável, desburocratizado, que recebe [...] Djalma Maranhão e colaboradores, com eles discutem os problemas do bairro [...]”. Tais grupos se espalharam por Natal, tendo somado 240, segundo o mesmo autor, dos quais aproximadamente 200 participaram da I Convenção Estadual do Movimento Nacionalista, de onde saiu o documento com a pauta de prioridades para a gestão de Djalma Maranhão.

Com o fim da campanha e a vitória de Djalma, as prioridades levantadas pelos Comitês foram apreciadas pela equipe e, dentre todas, a principal demanda era pela educação pública e gratuita. No entanto, como garantir o cumprimento desta prioridade sem os devidos recursos financeiros? Segundo Germano (1986: 103), a inviabilidade de construção de novas escolas foi levada de volta aos Comitês, para que fosse possível chegar a uma solução.

Em uma das reuniões no bairro das Rocas, com a presença do então secretário de educação, Moacyr de Góes, foi sugerido pela população que a escola fosse feita de palha, igual às residências em que eles, pescadores, em sua maioria, viviam. Diante da inesperada ideia, secretário e prefeito começaram a amadurecer como isso seria possível, a partir daí teria início a Campanha de Erradicação do Analfabetismo em Natal, mais conhecida como Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”.

Desde sua primeira administração Djalma Maranhão já vinha investindo na educação, inicialmente com a criação de escolinhas, que eram salas de aula isoladas, instaladas em locais públicos ou privados, mas tais espaços não garantiam acesso a todos os que buscavam a educação escolar.

A rede de escolas que atendia Natal era mínima. As escolas estaduais, segundo Omar Pimenta⁴, assessor da Diretoria de Ensino durante a Campanha, não passavam de dez e abrangiam um público muito reduzido, longe de atender a real demanda da cidade. Diante disso, era preciso sistematizar uma rede de ensino municipal que fosse capaz de garantir, ao menos, o ensino primário.

Diante dessa realidade, a prefeitura decidiu investir em escolas na periferia da cidade, regiões para onde ia à população migrante e mais carente. A primeira iniciativa

³ Em entrevista concedida à professora Marta Araújo e publicada na Revista Educação em Questão v. 36, n. 22, de 2009.

⁴ Em entrevista concedida à Maria Elizete Guimarães Carvalho, em sua tese de doutorado em 2000.

ocorreu no bairro das Rocas e foi organizada com o auxílio da população local, como narra Omar Pimenta (Ibidem):

A participação do povo nisso tudo era muito boa. [...] a cobertura dos acampamentos foi feita por pescadores porque só eles têm a técnica de virar a palha do coqueiro que faz a cobertura e não pinga, né? Funcionou pela vontade do povo.

Os acampamentos escolares eram grandes galpões de 30m X 8m, sem paredes, que abrigavam quatro salas de aula cada um, separadas apenas por pranchas de madeira que também serviam de quadro negro. Cada acampamento poderia ter vários galpões atendendo simultaneamente e durante os três turnos, sendo o noturno dedicado à educação de jovens e adultos e, posteriormente, aos cursos profissionalizantes, também voltados ao mesmo público.

A construção dos acampamentos foi um passo fundamental para conseguir montar escolas nos lugares mais afastados, atendendo a um amplo número de pessoas e com poucos recursos. A estimativa da prefeitura era de que cada galpão fosse construído com cerca de R\$ 95.000,00, o que, segundo Soares e Fávero (apud MARQUES, 2015: 101), equivaleria a R\$ 10.000,00. Com esse investimento, seria possível atender, em média, 300 pessoas, somando os três turnos.

Mas as atividades da Campanha não ficaram restritas às escolinhas e acampamentos, a proposta era garantir a aproximação e o apoio da população local e para isso, buscava-se a valorização da cultura popular, principalmente através da promoção das manifestações artísticas locais. Germano (1986: 102-103) destaca a amplitude das iniciativas ligadas à Campanha:

Entretanto, é importante que se diga, desde logo, que a Campanha significou, além das escolinhas e dos Acampamentos Escolares, a criação de bibliotecas populares, de praças de cultura, do Centro de Formação de Professores, do Teatrinho do Povo, da Galeria de Arte; significou a formação de círculos de leitura, a realização de encontros culturais, a reativação de grupos de danças folclóricas, a promoção de exposições de arte, a apresentação de peças teatrais, isto é, redundou numa organização cultural da cidade, onde o povo participava efetivamente e não apenas assistia como mero espectador.

Desse modo, houve o envolvimento da comunidade para que a Campanha tivesse êxito e a população decidisse encaminhar seus filhos à escola, e mesmo os adultos

frequentassem seus cursos à noite, ou participassem da vida cultural através dos muitos equipamentos que compunham aquela iniciativa.

Outro ponto relevante dizia respeito à formação dos quadros docentes, já que o número de professores na cidade também era reduzido e o número de acampamentos cresceu muito a partir de 1962. No total, foram erguidos nove acampamentos (com vários galpões cada) e 271 escolinhas, de acordo com os dados apresentados por Germano (1986: 103). Então, quem seriam os professores a lecionarem nesses espaços? A saída encontrada foi a contratação de professores leigos, pessoas que haviam concluído o primário e passavam por um curso de formação emergencial, de três meses, para que pudessem assumir salas de aula na Campanha.

Posteriormente, em 1962 (AQUINO, 2015: 54), foi criado o Centro de Formação de Professores, que além de ministrar o curso emergencial, passou a garantir o acompanhamento das professoras leigas e também cursos de aperfeiçoamento e uma escola de demonstração, para formação de quadros do magistério.

Percebemos então, que a Campanha utilizou de estratégias múltiplas para alcançar seus objetivos e com isso, em pouco tempo, conseguiu se expandir e consolidar uma rede municipal de educação em Natal. A seguir, analisaremos um pouco mais algumas estatísticas da Campanha.

4. OS AVANÇOS ALCANÇADOS COM A CAMPANHA E O ENCERRAMENTO DE SUAS ATIVIDADES

Contando com o apoio de parte significativa da população, a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” cresceu rapidamente e obteve resultados satisfatórios. Cabe salientar que muitos registros da Campanha foram perdidos devido à repressão estabelecida pós-golpe militar de 1964, mas alguns permaneceram guardados por Djalma Maranhão e posteriormente organizados e publicados por Moacyr de Góes. Além disso, o próprio Moacyr apresenta alguns dados em entrevista concedida à Revista Educação em Questão.

Analisando alguns dados publicados por Moacyr de Góes (2010), é possível perceber o crescimento no número de matrículas durante o primeiro ano de funcionamento do acampamento das Rocas, chamado Plano-Piloto. Inicialmente, em março de 1961, o

acampamento começou atendendo a 1.815 alunos, em 66 salas. Já em setembro do mesmo ano, o número de alunos era de 2.211 distribuídos em 80 salas de aula.

Além do número de matrículas, que crescia no decorrer dos meses, também nos chamou atenção a taxa de frequência que nas Rocas girava em torno de 80%, o que é um alto índice se considerarmos que para muitos aquela era a primeira experiência com a escola e em meio a uma comunidade iletrada.

Em conversa informal com uma professora do acampamento do bairro das Quintas, pudemos perceber que um dos motivos para a baixa evasão era o acompanhamento feito pelos professores (que deveriam residir no bairro em que trabalhavam), que eram orientados a ir às casas dos alunos ausentes para saber o motivo das faltas. Além disso, Omar Pimenta destacou em sua entrevista a importância que tinha a distribuição de merenda na escola, o que garantia àquelas crianças carentes ao menos uma refeição diária.

Também é possível destacar a facilidade que havia para frequentar a escola, uma vez que não era exigido fardamento, nem mesmo calçados, e os materiais didáticos eram gratuitos, distribuídos pela própria instituição.

No decorrer de toda a Campanha, houve uma enorme ampliação do acesso e permanência dos alunos (crianças e adultos) nos acampamentos, escolinhas e círculos de cultura. Segundo Góes (2009: 232)

[...] de 1960 a abril de 1964, “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” tem uma matrícula acumulada de mais de 40.000 alunos; seu magistério se constitui de 500 professores leigos qualificados em cursos de emergência do Centro de Formação de Professores; seu quadro de supervisores era de 32 profissionais formados pela Escola Normal e pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Natal, sendo o custo-aluno anual menos de dois dólares.

Notamos a amplitude da iniciativa quando comparamos ao total de professores da rede municipal do Rio Grande do Norte em 1958. Segundo os dados do censo daquele ano, os professores não passavam de 711, somando os profissionais que atuavam em escolas municipais de todo o estado.

Além dos dados referentes à matrícula e evasão, a Prefeitura também organizava pesquisas entre os familiares dos alunos para saber o grau de satisfação, envolvimento e participação dessas famílias. Em uma delas, apresentada por Djalma Maranhão, o índice de insatisfação, considerando dois acampamentos (Rocas e Carrasco) e as escolinhas, era de

0,07%. E perguntados sobre o que mais agradava na Campanha, a ampla maioria respondeu serem os professores; a gentileza com que eram tratados por estes; as ideias do prefeito; o método de ensino; a merenda e muitos afirmaram ser “tudo”. Isso aponta, para a confiança que foi sendo construída nesses espaços educativos.

Um ponto a ser analisado versa sobre os índices de aprovação. Ainda não encontramos registros estatísticos precisos sobre o aproveitamento dos alunos. Porém, nas entrevistas que temos coletado (tanto por nós realizadas, quanto por outros pesquisadores) os depoentes costumam destacar a facilidade do “método de ensino” e o baixo número de alunos reprovados.

Apesar dos resultados positivos acima apresentados, a Campanha foi bruscamente interrompida em abril de 1964 por decorrência do golpe militar. Tendo o prefeito Djalma Maranhão se posicionado ao lado do ex-presidente João Goulart, a prefeitura e demais prédios públicos foram alvo de investigação e muitas instituições foram temporária ou permanentemente fechadas.

Com o golpe, dois policiais pernambucanos foram contratados pelo governo do estado (que tinha à frente o governador Aluísio Alves), para realizar o indiciamento dos “subversivos”. Ao fim das investigações, 82 pessoas foram indiciadas a partir do chamado Relatório Veras. O pesquisador José Evangilmárisson L. Leite em sua dissertação (2008: 22) nos traz uma visão geral dos supostos “subversivos” do Rio Grande do Norte:

No caso do Rio Grande do Norte, as atividades de “subversão da ordem” foram, resumidamente a organização dos trabalhadores rurais e urbanos e dos ferroviários em sindicatos, a atuação dos estudantes nos movimentos políticos, a divulgação de idéias pelos intelectuais e as ações desenvolvidas pelo prefeito Djalma Maranhão durante a sua segunda administração (1961-1964), sobretudo a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”. Configuradas como “atividades subversivas”, as ações desenvolvidas pelos setores de atividades investigados pela comissão de inquérito estadual serviram de respaldo para configurá-los como espaços da subversão no Rio Grande do Norte, “limpando” o estado da “triste e insidiosa mancha negra, aureolada pelo círculo vermelho do Partido Comunista do Brasil”, para usar uma das expressões contidas no discurso da repressão.

Esse cenário “subversivo” fez com que a Campanha fosse finalizada. Alguns dos acampamentos foram destruídos, outros pararam de funcionar parcialmente e os que reabriram passaram a ser reestruturados em alvenaria e tiveram seus nomes modificados.

Nesse processo, a documentação das escolas e muitos livros foram incinerados, como relembra Ivoneide Rósa⁵ em entrevista sobre o acampamento em que atuava:

[...] quando acabou “Pé no Chão”, aí acabou a distribuição de livros para as crianças, a merenda deixou de existir, ficou muito precária, e mudou, né? Foi uma mudança assim radical [...] quando foi em março de 64, a partir de 31 de março, ninguém falava mais... era proibido falar em “Pé no Chão”. Procuraram logo mudar os nomes das escolas, mudar a metodologia; mas a escola não foi queimada. A destruição que ela sofreu foi a seguinte: os livros da biblioteca foram retirados, todos os livros foram queimados [...]

Após o indiciamento dos líderes da Campanha, estes foram presos e cumpriram diferentes períodos de penas. O prefeito buscou exílio após a prisão, outros também o fizeram. A rede municipal de educação foi reestruturada e seguiu outros rumos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos sobre a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” têm se ampliado nas últimas décadas. No entanto, o pouco acesso a acervos do período, devido sua destruição quando do golpe militar, tem inviabilizado o acesso a informações importantes. Tal lacuna vem sendo minimizada a partir da construção das Memórias dos sujeitos diretamente envolvidos na Campanha. Mas isso também enfrenta outros obstáculos, como: a passagem dos anos, que tem feito com que os sujeitos se espalhem por diversos lugares, os falecimentos ocorridos nos últimos anos; ou ainda o receio em falar sobre algo considerado “subversivo”, como temos percebido nas últimas entrevistas que viemos realizando com alunos da Campanha.

Sendo assim, é preciso que tais Memórias possam ser devidamente coletadas, registradas e publicadas, para que futuras pesquisas possam ter viabilidade. Além disso, a produção historiográfica sobre o tema, também funcionará como fonte para trabalhos posteriores, daí sua importância.

Ao término deste trabalho, nossa pesquisa mais ampla sobre a Campanha tem continuidade e busca responder a outros tantos questionamentos sobre um modelo de escola totalmente pioneiro, diverso e desapegado do prédio escolar. Esperamos ter contribuído para a

⁵ Em entrevista concedida à pesquisadora Maria Elizete G. Carvalho, em sua tese defendida em 2000.

compreensão da Campanha enquanto um fenômeno urbano, específico da década de 1960, surgido em meio aos anseios do povo e que, em nosso ponto de vista, obteve sucesso, pois contou com a participação direta deste mesmo povo, que viu a sua cultura sendo respeitada, valorizada e promovida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Fernanda M. Sales. **O cotidiano da formação de professores da Campanha de pé no chão também se aprende a ler**. Dissertação (Mestrado em Educação). UFRN, 2015.

AQUINO, F. M. S.; SOBRINHO, F. A. C.; PINHEIRO, R. A. Natal no contexto dos anos de 1960 – a educação popular, o analfabetismo e a educação de pessoas jovens e adultas. In: SAMPAIO, M. N.; PINHEIRO, R. A. **40h de Angicos e Campanha de pé no chão também se aprende a ler**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014.

ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica**, teoria e método. Bauru: EDUSC, 2006.

BRASIL. **Censo demográfico de 1960**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jul 2017.

BRASIL. **Mapa do analfabetismo no Brasil**. Brasília: MEC/INEP, 2000.

CANEDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2014.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães. **Memórias da campanha “De pé no chão também se aprende a ler”**: 1961-1964 (o testemunho dos participantes). Tese (Doutorado em Educação). UFRN, 2000.

GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo**: a campanha De pé no chão. São Paulo: Cortez, 1982.

GÓES, Moacyr. **De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964)**, uma escola democrática. Natal: Palumbo, 3 ed., 2010.

GÓES, Moacyr; CUNHA; Luiz Antônio. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zhar Ed., 1999.

_____. In: Entrevista concedida à Marta Araújo. **Revista Educação em Questão**. Natal: UFRN, v. 36, n. 22, de 2009.



HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértices, 2006.

LEITE, José Evangilmárisson Lopes. **Em nome da ordem**: a Prefeitura Municipal de Natal como espaço da subversão. Dissertação (Mestrado em História e Espaços). UFRN, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e Meória**. São Paulo: Unicamp, 1994.

MARQUES, Berenice Pinto. **A educação popular para todos de uma cidade educadora (Natal, Rio Grande do Norte, 1957 – 1964)**. Dissertação (Mestrado em Educação) UFRN, 2015.

RIBEIRO, Isa Paula Zacarias. **As praças de cultura no governo Djalma Maranhão**. Dissertação (Mestrado em História e Espaços). UFRN, 2008.

SOARES, L.; GALVÃO, A. M. Uma história da alfabetização de adultos no Brasil. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. 3 – Século XX. Petrópolis: Vozes, 2011.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.